Racismo Ambiental e o Período Chuvoso do Brasil

Emely Barbosa

29/01/2024

O Racismo Ambiental é o processo de discriminação e injustiças sociais sofridas por populações tradicionais, populações negras, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pessoas em periferias, devido à degradação ambiental e em decorrência dos impactos das mudanças climáticas e da ausência de políticas públicas socioambientais. Dessa forma, o Racismo Ambiental emerge como um agravante significativo das consequências do período chuvoso no Brasil, no qual as comunidades negras, periféricas e pobres, muitas vezes concentradas em áreas vulneráveis, enfrentam desigualdades estruturais que se intensificam durante eventos climáticos extremos.

As condições socioeconômicas desfavoráveis enfrentadas por essas populações exacerbam os desafios durante as chuvas, desde a dificuldade de acesso a abrigos seguros até a demora na resposta dos serviços de emergência. É preocupante notar que, apesar de anos de denúncias sobre a emergência das mudanças climáticas e as vulnerabilidades específicas dessas áreas, as autoridades ainda não se preparam adequadamente para tais eventos. A falta de investimentos em infraestrutura adequada nessas regiões resulta em impactos desproporcionais, evidenciando uma interseção crítica entre injustiça ambiental e discriminação racial. A escassez de medidas preventivas e de resposta a desastres nessas localidades contribui para a ampliação das disparidades, aumentando a exposição a riscos e as dificuldades no enfrentamento das adversidades climáticas.

A crise climática agrava ainda mais esse quadro, amplificando os eventos extremos como chuvas intensas, enchentes e deslizamentos de terra. No segundo final de semana de 2024, no Rio de Janeiro, fortes temporais causaram enchentes, deslizamentos e até mortes, evidenciando a urgência em lidar com essas questões. Nesse contexto, a emergência por um debate sobre racismo ambiental torna-se crucial, destacando a necessidade premente de soluções eficazes.

A transição energética emerge como uma peça-chave nesse diálogo, representando uma oportunidade de redirecionar políticas para enfrentar as disparidades sociais e raciais. Investir em fontes de energia

sustentáveis, promover a eficiência energética e reestruturar o sistema energético são passos essenciais para mitigar os impactos do período chuvoso e construir uma sociedade mais justa e resiliente. A urgência desse debate ressalta a necessidade de ações concretas para enfrentar o racismo ambiental e os diversos projetos capitalista de desenvolvimento econômico que são implementados de forma prejudicial para as populações mais vulneráveis, assim conseguiremos pensar nessa transição das fontes de energia que garanta equidade e sustentabilidade em um cenário de mudanças climáticas cada vez mais evidente e desafiador.

Emely Barbosa *é Diretora de meio ambiente da UNE.*

Compartilhe nas redes: